

# O consumidor e



# *as reformas*

**MARCELO NERI**

*Chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV  
mcneri@fgv.br*

## Apesar do desemprego crescente, o período 1996-1999 não foi de estagnação

Os anos 90 representam a década das reformas liberais, nos quais abertura da economia, privatizações e estabilização ocupam lugar de destaque. Estes elementos são considerados avanços pela maioria dos economistas do mundo. Agora quais seriam os impactos dessas reformas no cidadão comum?

Analisamos as últimas PNADs do IBGE sob a ótica do consumidor. Os tópicos apresentados na tabela são acesso a bens de consumo duráveis, serviços públicos e moradia. O crescimento observado na taxa de acesso aos diversos bens e serviços nos induz a descartar a tese de estagnação no período 93-99. Agora, vejamos comparações com os períodos 93-97 e 97-99.

O primeiro período, o de lua-de-mel com o real, apresenta maiores taxas de crescimento anualizadas de acesso a duráveis do que o período subsequente, em particular, no caso de duráveis de geração mais nova como máquina de lavar e *freezer*. As razões por trás deste avanço parecem estar menos em melhoras na distribuição de renda, e mais na redução das incertezas.

Com a estabilização os indivíduos se sentiram mais seguros para tomar crédito e converter poupanças em consumo de duráveis. Similarmente, as financeiras se sentiram mais confiantes em ofertar empréstimos pela facilidade de monitorar potenciais tomadores, relaxando restrições ao crédito. A abertura da economia também permitiu aumentar a quantidade e a qualidade dos bens (e de seus componentes) disponíveis.

Quanto à oferta de serviços públicos o resultado da comparação entre os períodos varia. Houve mais melhorias no período 93-97 do que no período 97-99 em itens como acesso a esgoto, água e energia elétrica. O acesso a eletricidade apresenta a menor taxa de expansão, especialmente no período recente. O reverso é observado para coleta de lixo e telefonia. O processo de privatização transformou o telefone em um bem durável em franco processo de difusão. Finalmente, o período de crises externas melhorou mais a qualidade da moradia do que o período anterior.

Já o crescimento do acesso a bens e serviços não consegue acompanhar o ritmo das inovações observadas no desejo de consumo. Num mundo globalizado, os Silva e seus vizinhos brasileiros se sentem compelidos a acompanhar

### ACESSO A BENS E SERVIÇOS\*

	Variação anual		Nível
	97/93	99/97	99
<b>Acesso a bens duráveis</b>			
Geladeira	2,39	2,06	81,28
TV colorida	10,74	5,37	78,32
Máquina de lavar roupa	6,05	2,48	31,54
<i>Freezer</i>	9,06	3,89	19,56
<b>Acesso a serviços públicos</b>			
Abastecimento de água	1,65	1,17	83,32
Esgoto	2,17	1,02	61,44
Luz elétrica	1,02	0,82	93,80
Coleta de lixo	2,34	3,19	76,89
Telefone fixo	7,77	15,52	32,86
<b>Qualidade do domicílio</b>			
Acesso a casa própria já paga	0,91	0,33	70,11
Qualidade da construção	0,18	0,24	95,57
Acesso a banheiros	1,05	1,10	88,46
Número de pessoas no domicílio	0,88	-1,64	4,23
Densidade de pessoas nos cômodos	1,05	-1,76	0,61

Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE.

\*Os dados estão centrados em março de cada ano pelo uso de 2 PNADs empilhadas.

os hábitos mutantes dos Jones e seus vizinhos americanos. A sensação de frustração consumista ocorreria mais por não possuímos o que desejaríamos ter do que por perder o que já possuíamos.

De toda forma, na perspectiva do consumidor, os anos 90 não foram uma segunda década perdida. Mesmo durante a crise de desemprego de 97-99 observamos avanços no acesso a bens e serviços. A idéia de crise parece se adequar mais ao caso dos produtores locais.

Alguns alegam que o problema do desemprego e da informalidade são consequência direta da adoção de reformas liberais. Outros argumentam que o problema se deve à contra-reforma promovida pela Constituição de 1988 e uma certa timidez dos ajustes posteriores. Todas essas questões importam na decisão de recuar, manter ou transformar a agenda de reformas estruturais. ▣